

“O Mistério dos Orixás e das bonecas” e O “Mapa Geológico”: Histórias particulares de uma exposição em preparação

Maria Margaret Lopes*
Ana Lúcia de Abreu Gomes**

Recebido em: 02/07/2020
Aprovado em: 06/07/2021

Resumo

Diversos trabalhos do lado de cá do Atlântico se perguntam sobre como o Brasil foi a Portugal nas comemorações de seus Centenários de 1140 e 1640, em 1940. Como contribuição pontual e inicial a essa discussão, esse artigo parte, entre outros encontros e desencontros, das alegações de Othon Henry Leonardos, um dos autores do *Mapa Geológico do Brasil*, sobre o pouco interesse que Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, teria tido em relação às comemorações dos Centenários Portugueses. O artigo se centra de forma muito particular em como, no contexto de seus objetivos próprios e ou institucionais, alguns setores, personagens e instituições brasileiras, convocadas pelo governo Vargas para organizar representações do Brasil no evento, atuaram nos processos preparatórios dos anos de 1939 e 1940. Trata mais particularmente, além do Museu Nacional, do Arquivo Nacional e de alguns aspectos dos livros que foram enviados a Portugal.

Palavras-chave

Centenários de Portugal, Museu Nacional, Arquivo Nacional, Mapa Geológico do Brasil; Geologia do Brasil

* É geóloga com doutorado em História Social-USP. Pesquisadora 1C em Produtividade e Pesquisa do CNPq, pesquisadora convidada do Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU/UNICAMP, colaboradora sênior do Programa de Ciências da Informação da UnB e orientadora plena do Programa Interunidades em Museologia MAE-USP. Autora de diversas publicações: <https://orcid.org/0000-0002-9803-8378>. Email: mmlopes@unb.br

** Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (licenciatura e bacharelado). É mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em História Cultural pela Universidade de Brasília. Atuou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Departamento do Patrimônio Imaterial. Atualmente é professora adjunta do Curso de Museologia da Faculdade de Ciências da Informação da UnB e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação de Ciências da Informação da Universidade de Brasília. Autora de diversas publicações <https://orcid.org/0000-0002-3727-1571> E-mail: anaabreu.68@gmail.com

Abstract

Several works on this side of the Atlantic wonder about how Brazil went to Portugal during the Centennial Celebrations of 1140 and 1640, in 1940. As a specific contribution to this discussion, this article, an in-progress study, begins with, among other matches and mismatches, the allegations of Othon Henry Leonardos, one of the authors of the *Mapa geológico do Brasil* (Geological map of Brazil), about the little interest that Heloisa Alberto Torres, director of the National Museum of Rio de Janeiro, had in relation to Portugal's Centennial Celebrations. The article focuses on a very particular way of how, in the context of its own and or institutional objectives, some sectors, characters and Brazilian institutions, convened by the Vargas government to organize representations of Brazil at the event, participated in the preparatory processes of 1939 and 1940. It addresses more particularly, in addition to the Museu Nacional (National Museum), the Arquivo Nacional (National Archives) and certain aspects of the books that were sent to Portugal.

Key words: Portuguese Centennials; Museu Nacional (Brazil); Arquivo Nacional; Brazilian Geological Map; Brazilian Geology

Introdução¹

Esse artigo é uma homenagem a Mariza Corrêa, passados os vinte anos de “O mistério dos orixás e das bonecas”, que é parte do título de um dos seus maravilhosos artigos, em que, para discutir seus argumentos sobre “raça e gênero na Antropologia brasileira”, Mariza Corrêa² toma como metáfora o “sumiço”, na Exposição do Mundo Português, dos orixás e das bonecas baianas que Heloisa Alberto Torres (1895-1977), diretora do Museu Nacional (1938-1955), enviara para a Portugal em 1940.

“Mapa geológico do Brasil” é o título de uma pequena nota publicada em 19 de maio de 1940, pelo jornal *Diário de Notícias*.³ A nota afirmava que o Serviço de Informação Agrícola editara em cores o *Mapa geológico do Brasil*, organizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), a pedido do general Francisco José Pinto (1883-1942) – chefe da Embaixada Extraordinária do Brasil e Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. O ministro da Agricultura, Fernando Costa, havia autorizado a impressão de 2.000 exemplares do *Mapa* para serem distribuídos em Portugal, durante as comemorações dos centenários desse país, em 1940. A nota se refere à obra *Geologia do Brasil*,⁴ de que Othon Henry Leonardos (1899-1977), à época recém chegado no Museu Nacional, foi co-autor com Avelino I. de Oliveira (1891-1970), que integrava então o Conselho Nacional do Petróleo, criado em 1938.

Tratar as comemorações dos Centenários de Portugal de 1140-1640, em 1940, de forma inovadora – quer em termos de temática ou em abordagens teórico-metodológicas –, é um enorme desafio, considerando-se toda a documentação existente, os textos fundacionais⁵ e a bibliografia produzida, mesmo se pensarmos só nos diversos trabalhos do lado de cá do Atlântico, que se perguntam sobre o que o Brasil queria mostrar ao mundo português.

Para essa contribuição pontual, partimos do cruzamento entre “O Mistério dos orixás e das bonecas” e o *Mapa geológico do Brasil* para propor releituras de algumas publicações e para trazer à tona aspectos específicos, no contexto das comemorações dos Centenários de Portugal. Iniciamos o artigo com as bonecas e orixás para concluí-lo com o mapa geológico. Os personagens Heloisa Alberto Torres e Othon Henry Leonardos, entre outros encontros e desencontros no Museu Nacional, se cruzam aqui em função de diferentes percepções do que teria sido a atuação de alguns agentes e agências na organização da participação do Brasil nas comemorações dos Centenário de

Portugal. Nesse contexto evidentemente há outros personagens em suas instituições, como o IHGB, a Marinha do Brasil, e o Arquivo Nacional.

Gustavo Barroso (1888-1959) – diretor do Museu Histórico Nacional de 1922 a 1959 – responsável pela representação histórica do Brasil nos centenários, também não pode deixar de ser pelo menos mencionado. O artigo busca, como propõe Mariza Corrêa, ter as comemorações dos centenários como “pano de fundo de histórias mais particulares as quais empresta, no entanto, todo o peso histórico que as histórias particulares costumam ter”.⁶

Entre mistérios, instituições, personagens e livros, o Brasil se preparou para Portugal

O mistério dos orixás e das bonecas já foi resolvido. Mariza Corrêa solucionou e enquadrou muito bem o mistério na história da Antropologia brasileira. Não era sua intenção discutir aspectos da participação das instituições convocadas para as comemorações dos Centenários de Portugal. Seguem aqui apenas mais alguns outros detalhes sobre as várias possibilidades de leituras dessa história, como sugere Mariza Corrêa, que nos possibilitam visualizar aspectos do que estava se passando naqueles anos de 1939 e 1940 em algumas instituições brasileiras, como o Museu Nacional e o Arquivo Nacional. Ou, pelo menos, visualizarmos alguns flashes de como algumas pessoas e instituições se inseriram mais ou menos nas comemorações dos centenários.

O engenheiro civil e de minas, Othon Henry Leonardos, por ocasião das eleições de 1946 para a diretoria do Museu Nacional – quando ganhou as eleições, mas não levou –, fez inúmeras e sérias críticas à diretora.⁷ Entre essas, acusou Heloisa Alberto Torres de não ter dado a devida atenção à Exposição dos Centenários Portugueses, e enviado a Portugal "os mostruários que chegaram a ser arrumados no pavilhão brasileiro mas não foram exibidos ao público porque a comissão julgou deprimente apresentar o Brasil como um país de negros e macumbas". Em resposta, Heloisa Alberto Torres denunciou como antidemocrático e anticientífico o conceito de superioridade de raça e a tentativa de se esconder o “elemento negro”, a quem o país devia em muito, que continuava a ser explorado, e que deveria necessariamente ser destacado quando se tratasse das questões antropológicas brasileiras.⁸

Não só a cultura do “elemento negro” estava representada nos mostruários preparados pelo Museu Nacional e aprovados pelo general Francisco José Pinto. Esses

incluíam: as atividades do Museu Nacional (fotos do edifício, a coleção completa das *Publicações* do museu, os *Archivos* e os *Boletins*); arte indígena; aspectos etnográficos das populações brasileiras; o caboclo amazônico; a pesca; a farinha de mandioca; o vaqueiro nordestino; rendas da Região Norte; objetos domésticos; técnicas e cultos afro-brasileiros; a crioula; o candomblé (bonecas filhas de santo com indumentárias peculiares, colares de contas, a arte africana de ferro, os trançados, panos da costa, esculturas em madeira).⁹

O Museu Nacional teria recebido cerca de sete contos e trezentos mil réis para gastar com a exposição. De um total, que teria sido de três mil contos de réis, que o governo disponibilizou para todas as atividades da participação do Brasil nos Centenários. A julgar por esses números, o Museu recebeu apenas 0,24% do valor total.¹⁰ Somando os recursos gastos, todo o recurso recebido pelo museu teria sido empregado na compra das “quatorze bonecas de 70cm de altura representando os traços característicos de diferentes tipos antropológicos negros da Bahia e vestidas com a indumentária típica dos diferentes orixás que as mães de santo encarnam nas festas religiosas, e doze orixás de 25cm de altura, esculpidos em madeira, representando diferentes deuses africanos, entre eles, um São Jorge”,¹¹ a peça mais cara de todas.

O interesse de Heloisa Alberto Torres por ter bonecas como essas no Museu Nacional teria sido despertado pelas coleções que a antropóloga norte-americana Ruth Landes (1908-1991) – estudiosa dos candomblés e das relações raciais – havia reunido na Bahia, entre 1938 e 1939. Heloisa Alberto Torres que, ao longo do ano de 1939, se ocupara de obter as bonecas e orixás, através da compra que o antropólogo baiano Édison Carneiro (1912-1972) teria realizado na Bahia “encomendou também trabalhos em chifre, renda, cestaria das regiões Norte e Nordeste e colchas de Minas Gerais”.¹² Como boa etnógrafa e sem dúvida curadora de museu, recomendava que as colchas de Minas trouxessem os nomes dos padrões utilizados, as rendas os nomes das rendeiras, quando possível.

Jornais portugueses, como o *Diário de Notícias* de Lisboa, ao descreverem o Pavilhão do Brasil em sua inauguração em 20 de julho de 1940, sem mencionar o museu, também deram destaque a essas coleções, que não estavam no primeiro pavimento do edifício, mas sim no segundo andar, junto ao cinema. Ali estavam os mostruários com os objetos da agricultura, da pesca, dos costumes, dos utensílios afro-brasileiros e dos autóctones. Dignas de estudo eram as cerâmicas arqueológicas, a

jangada nordestina, a rede do caboclo em palha de diversas cores, as flechas envenenadas de curare, entre outros objetos, que “em seu mistério trágico ou em sua poesia rural” davam aos públicos portugueses “uma imagem de Brasil portentoso”.¹³ Mariza Corrêa já assinalou o quanto o “mistério trágico” teria desagradado aos organizadores da exposição.

Para esse artigo pensamos mais no quanto a “poesia rural” teria desagradado pessoas como Othon Leonardos e todos aqueles que deixaram de colaborar mais efetivamente com os centenários.

Sem qualquer dúvida, a diretora estava atenta às tendências da antropologia brasileira e talvez não tivesse dado toda a atenção que Othon Leonardos, na sua retórica acusatória, julgava que teriam merecido os centenários. Heloisa Alberto Torres havia acabado de assumir a direção do Museu Nacional, depois de dois períodos como vice-diretora, de 1935 a 1937. Sem dúvida deveria estar muito ocupada.¹⁴ Nesse período de 1937 a 1941, o museu estava subordinado à Universidade do Brasil, criada em 1937. Foram anos em que o Museu Nacional foi esvaziado de alguns dos principais pesquisadores em função da “Lei do Estado Novo”, que passou a impedir a acumulação de cargos. Por iniciativa da diretora, jovens pesquisadores passaram a ser integrados ao museu. O edifício, quase em ruínas, seria outra das preocupações da diretora, que conseguiu apoio do Sphan¹⁵ para seu tombamento em 1938 e para as reformas do prédio a partir de 1941; não sem críticas de seus opositores, uma vez que estas levaram ao fechamento das exposições públicas.

Mas, nesse ano de 1939, o museu funcionava ativa e regularmente. Em janeiro de 1939, circulou até o boato de que se cogitava a transferência da residência do presidente do Palácio Guanabara para a Quinta da Boa Vista, local em que haviam residido os imperadores e que abrigava o Museu Nacional! Nesse ano os pesquisadores participaram de diversos eventos abertos ao público. Em abril, o museu teria recebido 11.335 visitantes, a biblioteca realizou enorme trabalho de catalogação das suas oitocentas obras e 236 publicações. E, em junho, o total de visitantes chegou a 19.619. Quinze escolas foram atendidas e, entre outras atividades, os laboratórios foram utilizados em dezenove aulas. Em setembro de 1939, o museu organizou uma série de conferências sobre temáticas etnográficas e antropológicas na Associação Brasileira de Educação, com apoio do Centro dos Estudos Arqueológicos.¹⁶

Em novembro desse ano, Heloísa Alberto Torres estava deixando o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, e, em dezembro, assumiu o cargo de conselheira do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios. A partir de seu protagonismo nessas instituições e de seu novo cargo no museu, sua atenção voltava-se para o início da cooperação internacional com a Universidade de Columbia e controlava com assiduidade – como evidenciam suas inúmeras cartas do período – os trabalhos de campo em Etnologia de jovens estadunidenses, como Buell Quain e Charles Wagley, além de Ruth Landes e do jovem estagiário do Museu Nacional, Eduardo Galvão.¹⁷ Acompanhava de perto a colaboração da seção de antropologia do museu com os estudos e trabalhos de tombamento da arquitetura regional do Maranhão do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, do qual integrou também o Conselho Consultivo, em cargo vitalício desde 1938, exercendo o papel de “mão direita” de Rodrigo Melo Franco de Andrade.¹⁸

A importância das bonecas e orixás ainda seria ressaltada por Mario Barata em 1941, em uma de suas análises sobre a “arte negra” através “de ídolos de macumbas cariocas recolhidos pela polícia civil nas campanhas ultimamente realizadas”. Afirmava criticamente não entender como “essa manifestação cultural dum raça passou despercebida e apagada durante tanto tempo, e ainda hoje é uma verdadeira desconhecida”. E continuava ressaltando que:

Atualmente ainda encontramos santeiros negros e santeiros não negros, que, baseados nas tradições artísticas dos africanos vindos ao Brasil, fazem imagens interessantes e que não se afastam muito das primitivas. Na Bahia existe um desses santeiros e seus trabalhos foram julgados dignos de figurar na recente “Exposição do Mundo Português” em Lisboa. Dona Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, foi especialmente àquele Estado a fim de escolher os que seriam enviados a Portugal.¹⁹

Heloisa Alberto Torres não havia ido à Bahia comprar as bonecas e orixás para os centenários, mas foi sim a Salvador, em 1940 e 1950. Esteve em diferentes instituições e candomblés, e estudou os ‘panos da costa’ em sua tese sobre “alguns aspectos da indumentária da crioula baiana”, como ela mesma registrou posteriormente.²⁰

A importância do maior interesse dos intelectuais do período pelas religiões e culturas afro-brasileiras é bastante conhecida na literatura, a destacar-se, apenas uma

ilustração pontual das visões antagônicas que se confrontavam no período. Estes são anos em que o temido Filinto Müller, então chefe de polícia do Distrito Federal/Rio de Janeiro, realizava as campanhas a que se referia Mario Barata, mandando invadir terreiros e prender os “macumbeiros” por “todos os recantos da cidade e nas mais remotas zonas rurais”. Enquanto a polícia se ocupava de “fulminante ofensiva contra os terreiros” e de recolher “provas” do que chamava de crimes, argumentando a existência de “casos de loucura causados pela magia negra, rede de exploração extorsão de clientes por vendas de proteção e resolução de problemas”,²¹ os etnógrafos se ocupavam fortemente em salvaguardar o patrimônio afro-brasileiro no país. Em maio de 1938, o Sphan havia tombado a coleção do Museu de Magia Negra (da Polícia Civil) no livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico que registrava o que fosse considerado de interesse histórico e obras de arte histórica. Os tombamentos haviam se iniciado em abril daquele ano e a coleção do Museu de Magia Negra é um dos primeiros acervos a ser tombado.²²

Outros “mistérios” também já foram resolvidos. Por exemplo, as idas e vindas do processo de aceite e organização da participação brasileira nos eventos que envolveram as comemorações do governo português. Essas idas e vindas foram marcadas por uma espécie de descompasso entre um silêncio inicial e uma certa demora no aceite do governo brasileiro, após o convite oficial de Portugal e as investidas sutis mas insistentes de Portugal no que se referia aos convites ao Brasil para participar das comemorações. Afinal a colônia bem sucedida poderia colaborar na sustentação da política colonial portuguesa já então bastante questionada.²³ Essa demora por parte do governo brasileiro em aceitar o convite de Portugal teria implicações no que se refere à organização da participação das instituições que se envolveriam no processo.

Outro exemplo: a ausência mais proeminente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) em um evento desse porte, com ênfase nas histórias que uniam os dois países. As relações culturais entre Brasil e Portugal nunca haviam se interrompido, nem com a Proclamação da República ou com o exílio da Casa dos Bragança. Com a República portuguesa de 1910, as relações até se intensificaram e, em 1934, foi criado o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura. Mendes Corrêa, professor do Departamento de Antropologia do Porto, veio ao Brasil em 1934 e 1937, tendo incentivado os estudos brasileiros em Portugal. Em 1936, a Academia Portuguesa de História, dentre os cinquenta membros com assento fixo, reservou dez para brasileiros, a maioria

integrante do IHGB. Pelas sólidas relações intelectuais que existiam entre eruditos brasileiros e portugueses, acreditava-se que a participação do Brasil nos centenários e especialmente nos Congressos do Mundo Português, ocorreria por meio das instituições científicas e culturais as quais esses pensadores se vinculavam. Mas os primeiros a serem convidados por Julio Dantas – o organizador das festividades em Portugal – para o Congresso Luso-Brasileiro de História, assim como o IHGB, deixariam de participar efetivamente do evento português, a partir da instalação da Comissão Brasileira dos Centenários. Na prática, a comissão chefiada pelo general Francisco José Pinto passou a centralizar totalmente o evento e decretos governamentais: cerceados os convites pessoais, que deveriam ser encaminhados unicamente ao Ministério das Relações Exteriores, para serem ou não aprovados pelo presidente.

(...) aquele entusiasmo institucional estava com os dias contados. A documentação existente no Arquivo Histórico do Itamaraty revela que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) passou a intervir progressivamente de forma a tornar-se o principal interlocutor, com o governo português, desaprovando as comunicações diretas entre a Comissão Nacional dos Centenários e as instituições científico-culturais brasileiras, as quais seriam afastadas do centro decisório e se tornariam coadjuvantes do Itamaraty.²⁴

Para os brasileiros, pelo menos dessas instituições, e historiadoras, o Congresso Luso-Brasileiro de História acabou por ser mesmo “um fracasso” e a prioridade do governo Vargas teria sido a Exposição do Mundo Português, para a qual apenas Gustavo Barroso havia sido convidado para coordenar a representação histórica do Brasil.²⁵

Getúlio Vargas delegou o comando da Comissão Brasileira²⁶ ao general Francisco José Pinto. Apresentado usualmente na bibliografia como chefe da Casa Militar da Presidência da República, general-de-divisão em 1938, assumira em 1939, a chefia interina do Estado-Maior do Exército, sem deixar a Casa Militar, onde permaneceria até sua morte, em 1942. Exercia nesses anos, nada menos do que a chefia da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da qual se afastou apenas no período em que assumiu a coordenação das atividades dos centenários, sem, no entanto, nunca ter deixado de se interessar pelo que lá ocorria.²⁷

Em um tempo que parecia curto para a realização das tarefas demandadas para viabilizar a participação brasileira nas comemorações dos centenários, o Ministério das

Relações Exteriores publicou as *Bases de um Programa de Participação do Brasil nas Comemorações Centenárias Portuguesas de 1940*. O Programa Oficial aprovado por Getúlio Vargas, assim como toda a vasta programação das comemorações portuguesas, foi reproduzido nos jornais em julho de 1939. Foi difundido com pequenas diferenças em revistas brasileiras, como as *Publicações do Arquivo Nacional*, que inclusive destacaram em detalhes a proposta dos oito primeiros Congressos do Mundo Português e trataram todo o evento como “efemérides gloriosas que o Brasil festeja quase como se fossem próprias”.

Como toda a literatura se refere, a participação do Brasil foi organizada em exposições de objetos, iconografia, fotografias, painéis, mapas, dados estatísticos, gráficos, maquetes em dois pavilhões: I - Pavilhão Brasileiro da Exposição do Mundo Português, dedicado ao período colônial, que Gustavo Barroso dominou; e o II - Pavilhão do Brasil Independente, desde a Inconfidência Mineira ao período contemporâneo, destacando assistência social saneamento e saúde pública, instrução, exposições de pintura e escultura e dos livros brasileiros; transportes e comunicações; agricultura, destacando regiões colonizáveis, cafezais de São Paulo, currais gaúchos, algodão, cana de açúcar, trigo, laranja, borracha, cacau; e produção mineral (petróleo, carvão, ferro, manganês, níquel e ouro); além da exibição de filmes do Departamento de Imprensa e Propaganda, e distribuição de publicações sobre o progresso do país.²⁸

As *Publicações do Arquivo Nacional* também destacaram a participação da instituição nas comemorações dos centenários. Esta teria se originado de dois ofícios recebidos um ano antes da inauguração do que seriam os Pavilhões do Brasil em Lisboa em julho de 1940. Em 13 de junho de 1939, o general Francisco José Pinto oficiou ao ministro da Justiça e Negócios Interiores solicitando colaboração. Em 19 de julho, o ministro atribuindo “plenos poderes” convocou o Arquivo Nacional a assumir o compromisso “de cordialidade internacional”.

O plano das contribuições do Arquivo Nacional aos eventos portugueses, enviado e aprovado pelo presidente da República e Ministério da Justiça, a que o Arquivo se subordinava, incluía como primeira parte de sua contribuição quatorze grossos volumes de reprodução fotográfico-documental, numerosos documentos originais, documentos reproduzidos por “eletrocópia” e outros microfilmados, reedições de obras fac-similares e numerosas publicações de catálogos e obras antigas. Entre essas, Eugênio Vilhena de Moraes (1887-1981), o diretor do Arquivo de 1938 a

1958²⁹, destacava “o poema latino composto em honra da Virgem, por José de Anchieta em Peruíbe, em 1505, reproduzido agora de acordo com o manuscrito de Algorta, e a primeira tradução em português do padre Armando Cardoso. Entre os muitos documentos que seriam ampliados para exposição, “os sete grossos volumes completos, do famoso ‘Processo dos Távoras’”, uma das preciosidades arquivadas na seção histórica do Arquivo Nacional”. Após o término da exposição do Pavilhão do Brasil, grande parte do material seria oferecido “como especial homenagem, ao Arquivo da Torre do Tombo”.³⁰

O poema de José de Anchieta foi impresso em formato *in folio* de 440 páginas. Em papel acetinado, foi ilustrado com desenhos a bico de pena, águas-fortes originais do artista Carlos Oswald, vinhetas inspiradas na flora brasileira e na sagrada escritura, e embalados em caixas de madeira de jacarandá, com guarnições de prata portuguesa. Vilhena de Moraes assinou uma nota preliminar, seguida da introdução histórico-crítica e amplos comentários do padre Armando Cardoso. Getúlio Vargas autografou os volumes doados para o Papa Pio XII, Oscar Carmona, Olivera Salazar e para os cardeais Manoel Gonçalves Cerejeira e Sebastião Leme. A importância da publicação completa do “Processo dos Távoras” – já publicado parcialmente, mas agora todo reproduzido em microfilme e entregue à Comissão Brasileira dos Centenários em maio de 1940 –, devia-se a que se supunha o original perdido, ou em posse dos reis portugueses. No entanto, o processo completo chegara ao Arquivo Nacional em 1891, com outros documentos, encontrados no palácio do imperador em São Cristóvão.³¹

À época em que o Arquivo Nacional já tinha prontos os materiais a serem encaminhados a Lisboa, Eugenio Vilhena de Moraes – professor do ensino secundário da prefeitura do Rio de Janeiro e sócio do IHGB, que havia assumido a direção do Arquivo Nacional em 1938, ano do centenário da instituição – se viu na necessidade de defender a instituição de críticas sofridas pela imprensa. Partindo de uma retrospectiva histórica, que atestava sua antiguidade, ressaltando e enumerando a importância de todo o enorme trabalho, inclusive de documentação jurídica, que o Arquivo Nacional prestava à sociedade, mencionava remodelações no edifício, para o qual o arquivo havia sido transferido em 1907, e que abrigara o Museu Nacional ao longo de praticamente todo o século XIX: o frontispício fora pintado, o prédio remodelado interna e externamente; as galerias das seções, que passaram a ter iluminação elétrica, estavam recobertas com telhas francesas de vidro, com “guarda pó de vidros coloridos”. A

secretaria estava instalada em uma nova sala no térreo. A sala de consultas havia sido ampliada. Um novo salão para conferências e cursos aguardava a agenda do presidente da República para ser inaugurado e o Arquivo Nacional possuía a partir de então “um gabinete foto-cartográfico com os mais modernos aparelhos de eletro-cópia, microfilme e projeção”.³²

No seu segundo ano à frente da instituição, além dos melhoramentos do edifício e das salas como a do seu antigo museu³³ agora inteiramente vazia, o Arquivo Nacional entre outras atividades havia disponibilizado a primeira certidão por fotocópia, iniciando esse serviço à população; impresso em sua oficina gráfica o *Catálogo Geral do Arquivo de São Paulo*; localizado, sem qualquer classificação, documentos e manuscritos relevantes (sobre primeiros imigrantes, ocupação holandesa, limites do Brasil no Império, etc.) nos inventários realizados nas seções administrativa e histórica; os funcionários passaram a ter a obrigação de relatar em boletins as tarefas executadas diariamente. O volume de trabalho realizado nesses anos não se comparava aos anteriores. Em 1939 o Arquivo Nacional classificou e fichou 118.951 documentos e, em 1940, 68.301, enquanto que em 1938 esses números limitavam-se a 13.229.³⁴

Seja nas *Publicações* ou nos jornais, Vilhena de Moraes, nesse ano e nos anos seguintes, não economizava agradecimentos ao general Francisco José Pinto, do quanto o Arquivo Nacional devia à Comissão dos Centenários, especialmente “quanto à aquisição dos seus modernos aparelhamentos materiais”. O general – “cultor das tradições pátrias nas suas fontes mais puras” – (assim como ele próprio) não só fora diversas vezes ao Arquivo Nacional, para acompanhar de perto os trabalhos, como providenciou “recursos especiais que permitiram ao Arquivo aumentar seu pessoal extraordinário e adquirir indispensáveis e utilíssimos aparelhamentos técnicos”. Além do que, permitiu a ida a Portugal de todos os documentos históricos originais de que existissem duplicatas.³⁵

A segunda parte do programa da colaboração do Arquivo Nacional aos Centenários de Portugal foi a obra organizada por Vilhena de Moraes: *Elenco das publicações e dos documentos, originais ou em reprodução fotográfica, com o respectivo relacionamento...de 1941*.

O grosso volume do *Elenco*, de 736 páginas, testemunhava todo o trabalho de apenas uma parcela da colaboração do Arquivo Nacional com os Centenários. Explicava que o “principal e verdadeiro contingente” do *Elenco* estava “no trabalho de

inventariação e relacionamento da vasta mole de documentos inéditos, cerca de cem mil, existentes no Arquivo Nacional relativos a Portugal”. Todo o material que abrangia, entre outros, contas dos governadores, documentos secretos sobre a Revolução Francesa, correspondências secretas de diplomatas, correspondência real, memórias inéditas de Vandelli, o professor de História Natural da Universidade reformada de Coimbra, já estava organizado e identificado em fichas, somente “à espera de revisão e ordenação competente, para ser entregue à imprensa”.

O volume trazia somente os documentos organizados por “conta, número, data, caixa, assunto” que se referiam aos documentos originais ou cópias fotográficas que deveriam ser oferecidos aos arquivos da “mãe pátria”. Modesto, Vilhena de Moraes referia-se ao *Elenco* como “apenas uma amostra ou antes, uma notícia da obra realizada”. Em um resumo geral desses trabalhos constam, além de publicações, 25 volumes com 757 documentos originais em 3.199 folhas. Entre os documentos históricos em reprodução fotográfica por “eletrocópia” doze volumes com 507 documentos, em 2.229 folhas, numa área de 232m² e cinco mapas. Os microfilmes correspondiam a 2.841 páginas e a 131 metros. As ampliações foram 24. Sendo o total da inventariação e relacionamento cem mil documentos. Tido como uma das principais *Publicações do Arquivo Nacional* à época, o *Elenco* recebeu elogios nos jornais portugueses, espanhóis e até resenha em publicação francesa em 1946.³⁶

Sem deixar de mencionar “a premência do tempo e escassez, aliás notória, de funcionários, com a qual lutou sempre o Arquivo Nacional”, Vilhena de Moraes na Introdução do *Elenco*, datada de agosto de 1941, elogiou o trabalho dos funcionários que se encarregaram de todo o serviço e mencionou que:

Aprovado, com restrição de alguns números, imposta infelizmente pelas circunstâncias, o programa, e conjugados, harmonicamente, os recursos da Repartição com que lhe facultou, em boa hora, o ilustre Presidente da Comissão Brasileira, foi possível levar-se, em curtos meses, a cabo o empreendimento, de cuja execução pretende ser o presente volume claro testemunho.³⁷

Retórica à parte, mesmo os diversos apoios do general Francisco José Pinto parecem não ter sido suficientes para levar a cabo todo o empreendimento, uma vez que o *Elenco* não foi a Portugal. Publicado somente um ano após o encerramento das comemorações em Portugal, o exemplar que temos em mãos acabou sendo impresso no

dia 20 de dezembro de 1941, na gráfica da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro e não mais no próprio Arquivo Nacional. A alegria de Vilhena de Moraes parece ter durado pouco. Justificando o atraso na publicação do *Elenco* e a interrupção das *Publicações do Arquivo Nacional* desde 1940 até sua retomada em 1957, Vilhena de Moraes que completava seu 19o ano à frente da instituição afirmava em longo prefácio: “Nunca será demais lamentar, do ponto de vista da publicidade, o rude golpe sofrido pelo Arquivo Nacional no ano de 1940, quando viu, a súbitas, incorporadas à Imprensa Nacional as oficinas gráficas de que o mesmo dispunha”.³⁸

O “mistério” desse rude golpe conseguimos resolver, depois de alguma procura. Em 1940, as oficinas gráficas do Arquivo Nacional haviam sido transferidas para a Imprensa Nacional. A centralização do governo Vargas dispôs por decreto-lei em abril de 1940 que as oficinas e serviços gráficos federais fossem incorporados à Imprensa Nacional. No prazo de trinta dias o material gráfico do Arquivo Nacional, Instituto Oswaldo Cruz, do Ministério da Educação, do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Civil, Serviço de Estatística, Departamento de Portos e Navegação e de uma vasta lista de outras instituições deveria ser inventariado para que passasse à administração efetiva da Imprensa Nacional, até sua incorporação definitiva.³⁹

Além do museu e do arquivo, foram várias e diversas as instituições e pessoas que também receberam benefícios para a colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários. Artistas, pintores, escultores foram convidados nominalmente para colaborarem e apresentarem seus trabalhos e diversas produções brasileiras sobre os Centenários se destacam. Menos referidos foram os livros elaborados e escritores convidados. É certo que coube ao Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil (DIP) grande parte da organização da Exposição dos Livros à entrada do Pavilhão Brasileiro em Lisboa e dos materiais que foram distribuídos, e, evidentemente, a propaganda do Estado varguista. Durante os seis meses em que esteve aberto o Pavilhão do Brasil teriam sido distribuídos 91.300 publicações, 2.000 coleções de retgravuras de desenhos feitos a bico de pena, 245.000 folhetos sobre produções nacionais e 240.000 postais com vistas do Brasil. Entre essas, o Catálogo Oficial do Pavilhão do Brasil e os jornais destacaram aquelas expressamente editadas para os Centenários:

Eis o Rio, 6.000 exemplares; Portos e Navegação, 5.000; Departamento de Aeronáutica Civil, 6.000; Inspetoria Federal de Obras Contra às Secas, 6.000;

Departamento dos Correios e Telégrafos, 6.000; Departamento de Estradas e Rodagens, 6.000; Inspeção Federal de Estradas, 6.000; *Geologia do Brasil*, 1.000 [grifo meu]; O Brasil e suas riquezas, 2.000; Grandes vultos do Brasil independente, 2.000; Catálogo do Livro, 8.000; *Catálogo do Museu Histórico*, 8.000 [grifo meu]; História e Evolução da Imprensa Brasileira, 5.000; Os Portugueses na Marinha de Guerra do Brasil, 500; Medicina no Brasil 1.000; Varíola e Vacina, 3.500; O Poema da Virgem de José de Anchieta, 100; Cairú 100; Arquivo Nacional, 100; O Ensino no Brasil, 6.000; Legislação de Previdência 6.000; Legislação do Trabalho 6.000; Roteiro de Pero Lopes de Souza, comentado pelo comandante Eugênio de Castro, 500.⁴⁰

A importância de se ter uma ideia sobre o conteúdo dessas publicações já foi mencionada por alguns autores, que, entretanto, não se debruçaram sobre elas. Anotaram que esses livros integravam a propaganda do governo Vargas no país e no exterior, inclusive destacando setores como saneamento, instrução e os meios de comunicação.⁴¹ Talvez, pensamos nós, a ênfase nesses setores estivesse mais nas exposições do que nos livros propriamente. Iniciamos aqui apenas poucos comentários sobre algumas dessas obras, de que conseguimos obter informações. É certo que os departamentos do governo publicaram seus relatórios. E medidas de saúde pública foram incorporadas pelo governo Vargas às políticas de previdência e do trabalho, o que a legislação evidenciava. Mas, por exemplo, a edição dos 6.000 exemplares do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem, em edição da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, correspondia a um pequeno álbum ilustrado com fotos e mapa da rede rodoviária do país.⁴²

Mais do que ver nos livros apenas uma intencionalidade genérica de projeções simbólicas ou oportunidade de legitimação nacional e internacional das propostas do governo Vargas – da qual os Pavilhões do Brasil podem ter sido a representação –, pensamos que, talvez, a quantidade dos livros editada pode ser indicativa também de histórias mais particulares, contingências específicas, opções de última hora, relações de amizade ou sociabilidade ou convergências políticas, disputas e privilégios de visões do que significavam as Comemorações dos Centenários, daqueles grupos e ou personalidades que mais se associaram aos organizadores locais do evento. De pronto, chama a atenção os 8.000 exemplares do Museu Histórico Nacional, em muito maior proporção do que os 3.500 exemplares da *Varíola e Vacina*, se estas eram demandas de saúde pública no país, ou os 1.000 exemplares de *Medicina no Brasil*.

Aliás, a *Medicina no Brasil* era uma obra histórica. Foi encomendada pelo general Francisco José Pinto ao médico-legista Leonídio Ribeiro (1893-1976),

amplamente conhecido nos circuitos sócio-científicos do Rio de Janeiro. Para termos uma ideia desse colaborador do projeto dos Centenários, cabe destacar que Leonídio Ribeiro foi membro da Academia Nacional de Medicina e seguidor de Afrânio Peixoto e Lombroso. Quando colaborou com os Centenários, ocupava o cargo de diretor do Gabinete de Identificação da Polícia Civil, para o qual havia sido nomeado pelo chefe de Polícia do Distrito Federal, e onde atuou até 1946. Neste cargo, inaugurou um Laboratório de Antropologia Criminal. A partir de 1933, quando recebeu o Prêmio Lombroso, pela Real Academia de Medicina da Itália, efetivou-se também como professor de Medicina Legal e Criminologia na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. O livro foi apresentado na imprensa como um dos “mais completos e minuciosos sobre as diversas etapas da evolução da arte de curar, dos valores individuais, das escolas e sistemas médicos no país”.⁴³

Para a elaboração dos *Grandes vultos do Brasil independente*, o general Francisco José Pinto não convidou o IHGB, mas convidou o jornalista e escritor Américo Palha, membro titular do Instituto Brasileiro de Cultura. A publicação *Os Portugueses na Marinha de Guerra do Brasil* resultou da colaboração de Dídio Iratim Afonso da Costa (1881-1953). O então capitão de fragata, mais tarde capitão de mar e guerra e diretor do Serviço de Documentação da Marinha, Dídio Costa foi o incansável redator-chefe por longos anos da *Revista Marítima Brasileira*. Havia inclusive aberto o volume de julho-agosto de 1939, com o título: “Centenários Portugueses”, reproduzindo uma conferência sobre o herói português Nuno Alvares Pereira que apresentara no Grêmio Literário do Liceu Português, no contexto das comemorações locais dos Centenários Portugueses.

Dídio Costa, que, em novembro de 1940, foi designado delegado do Brasil para o Congresso Luso-Brasileiro de História, teria integrado a comissão organizadora da representação brasileira dos Centenários. Seu livro teria sido recebido com “aplausos gerais” no Brasil e também em Portugal. Entre as diversas notícias que a *Revista Marítima* publicizou sobre os Centenários, estão os programas da participação do Brasil nos Centenários e nos Congressos do Mundo Português; as notícias sobre a doação da obra de arte do escultor Correia Lima – busto do Almirante Barroso – que a Marinha de Guerra brasileira ofertou a Portugal; a partida dos oficiais da Marinha para Lisboa, no navio-escola *Almirante Saldanha*; homenagens e correspondências trocadas, etc. E também a divulgação da publicação oficial dos *Portos e Navegação* do Brasil em

colaboração aos Centenários de Portugal. Anos mais tarde, a *Revista Marítima* continuava ecoando as realizações dos Centenários, inclusive destacando os volumes publicados a partir dos Congressos do Mundo Português.⁴⁴

Assim como não é necessário insistir nos Estados Novos de Getúlio e Salazar, suficientemente descritos na literatura, não é necessário persistir nas posições políticas e na ação militante integralista de Gustavo Dodt Barroso (1888-1959), explícitas em suas próprias obras e amplamente mencionadas na literatura. Nem tampouco em sua proeminência já destacada por toda a bibliografia brasileira sobre os Centenários, absolutamente comprovada aqui pela edição dos 8.000 exemplares do seu catálogo de 134 páginas: *Exposição do Museu Histórico Nacional*.

E, finalmente, entre esses livros estava o *Geologia do Brasil*.⁴⁵ O livro, impresso em maio de 1940, é exatamente a descrição do *Mapa Geológico*, mencionado na nota, no início desse artigo. O *Geologia do Brasil/Mapa Geológico* conta com um prefácio, uma primeira parte, uma introdução histórica sobre “Investigações Geológicas e Mineralógicas no Brasil”. As mais de 700 páginas são notas explicativas por “eras geológicas” das feições geológicas plotadas no mapa e mais 36 estampas de fósseis. No próprio mapa, além da legenda, há uma nota indicando que a carta se destinava a melhor conhecer as formações geológicas com possibilidades para petróleo, já identificadas no país.

O *Geologia do Brasil* parece ter ido a Portugal não na quantidade autorizada para publicação de 2.000 exemplares, conforme a primeira nota que mencionamos, mas pela metade desse número. Se de fato os 2.000 exemplares foram editados, talvez 1.000 tivessem permanecido no país, já que os autores consideraram sua obra uma oferta – embora em primeira mão aos geólogos portugueses – , também aos brasileiros, para melhor conhecerem o continente, já que o *Mapa* incorporava aspectos da *geologia* dos territórios de países de fronteira com o Brasil. Como presente aos geólogos portugueses, os autores não o faziam “como uma simples propaganda do Brasil”, mas como mais um recurso para seus estudos geológicos nas colônias africanas, para os quais a *geologia* europeia pouco contribuía e as comparações entre os continentes sul-americano e africano poderiam ser de maior valia.

Apresentado como uma produção da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, com a chancela do general Francisco José Pinto – Presidente da referida comissão, em sua primeira página –, o *Mapa Geológico* parece não ter tido qualquer

mistério, mas sim uma história anterior. A impressão de um mapa geológico sobre as possibilidades petrolíferas do país havia se iniciado em 1938, sob a direção de Avelino Ignácio de Oliveira,⁴⁶ que em 1940, se apresentava na capa do *Geologia do Brasil* como engenheiro de minas e civil do Conselho Nacional do Petróleo, e antigo diretor do Serviço de Fomento da Produção Mineral. Avelino de Oliveira havia organizado o mapa com base nos trabalhos de diversas instituições e trabalhos técnicos nacionais e estrangeiros. Mas o trabalho foi interrompido com a mudança na direção do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), e “somente em fins de 1939” continuado por ordem do ministro, como colaboração aos Centenários.⁴⁷

Os trabalhos do mapa de 1938 foram então revisados por diversos técnicos, entre eles, Othon Leonardos, que se apresentou na capa do *Geologia do Brasil* como engenheiro civil e de minas, doutor em ciências físicas e matemáticas, professor de Estratigrafia e Paleontologia no Museu Nacional e membro titular da Academia Brasileira de Ciências.⁴⁸

Curiosamente no “Prefácio” do *Geologia do Brasil* há uma crítica no mesmo teor da pouca atenção que Othon Leonardos havia atribuído a Heloisa Alberto Torres na preparação da representação do Museu Nacional na exposição de Portugal. Só que agora, a crítica à pouca atenção se dirigia à própria Comissão do Centenário, que apoiava a obra. A Comissão Brasileira não teria se lembrado da importância de incluir a *geologia* nas ações voltadas para a Comemoração dos Centenários Portugueses:

Desejosa de levar a Lisboa o mais fiel retrato do Brasil, a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal já tinha praticamente pronta sua representação, quando se lembrou daquela página de Taine em que o filósofo mostra como a arte e todas as manifestações da vida humana foi sempre condicionada pelo meio geográfico e que este, por seu turno, decorre da constituição geológica do lugar.⁴⁹

Na continuidade da crítica, e também para desculpar possíveis problemas que a organização da obra, a partir dos trabalhos já existentes – todos citados – poderia apresentar: “Aceitando a incumbência de organizar a primeira *Geologia do Brasil* escrita por brasileiros, teriam os autores, podido fazer um trabalho mais cuidadoso e mais homogêneo, se o curto prazo de que dispuseram – 4 meses! – a isto se não opusesse”.⁵⁰

E os autores do mapa continuavam perguntando como os portugueses poderiam interpretar a colonização, o bandeirantismo, as diferenças radicais entre as Regiões Sul e o Norte, entre a costa e o interior, entre o gaúcho da Região Sul, o camponês paulista, o vaqueiro da Região Nordeste, o garimpeiro do Mato Grosso, o castanheiro acreano e apesar de tudo compreender a unidade política... sem conhecer o mapa geológico do país?!

E no mesmo tom determinista defendiam as ciências geológicas: “Onde quer que haja vida, no fundo, paira o fatalismo geológico e, certamente muito lucrariam os geógrafos, historiadores, sociólogos, economistas e os homens públicos, em geral, se dessem mais atenção às lições da *geologia*”.⁵¹

Além da pouca atenção da Comissão dos Centenários à *geologia*, a crítica dos autores do *Mapa* se dirigia à pouca compreensão dos historiadores, sociólogos, economistas, homens públicos de toda a celeuma sobre a existência ou não de petróleo no país e sobre quem teria o direito de explorá-lo. Nos anos anteriores toda essa discussão amplamente disseminada na sociedade brasileira e posteriormente na literatura havia atingido, até mesmo com processos judiciais, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) e suas estratégias de pesquisa para petróleo. Desde pelo menos 1915, o SGMB investigava sistematicamente, sem êxito imediato, o mapeamento de áreas promissoras para petróleo por todo país. Tais questões levaram até mesmo à reestruturação do órgão, em 1933, com a criação do DNPM em 1934 e em 1938 do Conselho Nacional do Petróleo.⁵²

Mas o ano de 1939 foi o ano do petróleo no país. Em 21 de janeiro de 1939, jorrara pela primeira vez, em Lobato, Bahia, petróleo avaliado de qualidade e com possíveis proporções comercializáveis. O prefácio da *Geologia do Brasil*, também valorizava a obra como uma contribuição brasileira, sugerindo aos portugueses novas possibilidades de pesquisa geológica e exploração econômica de suas colônias: “Já que tivemos, ultimamente, a sorte de encontrar petróleo na faixa cretácea costeira, por que não o procurarão, também, os portugueses, no litoral aparentemente semelhante de Angola?”⁵³

O prefácio termina com agradecimentos à engenheira-arquiteta Mary Del Vecchio, pelas ilustrações do texto e, como não poderia deixar de ser, com os agradecimentos ao engenheiro Ernesto Street e ao general Francisco José Pinto “pelo enorme estímulo dispensado à execução da obra”.⁵⁴

Considerações finais

Mesmo que as bonecas e orixás do Museu Nacional não tenham sido expostas, que a produção mais significativa do Arquivo tenha sido publicada um ano depois do término das festividades e que apenas 1.000 exemplares do mapa geológico tenham sido distribuídos ao lado dos 8.000 exemplares do Museu Histórico, pelo menos essas instituições mencionadas lucraram com os recursos disponibilizados para as Comemorações dos Centenários portugueses.

Se é verdade que as comemorações são mecanismos políticos de controle e organização do tempo, nesse artigo nos interessou especialmente compreender de que forma algumas instituições científico-culturais brasileiras se inseriram nesse projeto maior de reorganização temporal do Estado Novo português. O objetivo do Brasil e de suas instituições participantes não necessariamente era o mesmo do governo português.

O desafio que nos propusemos foi percorrer um caminho por meio do qual o governo e as instituições brasileiras se autonomizaram dessa perspectiva das comemorações do Estado português e, por meio delas, da política de controle da temporalidade que os diferentes eventos das comemorações dos Centenários estabeleceram. Dizendo de outra maneira, acreditamos ser possível identificar que o aceite do governo brasileiro ao convite português e a participação de nossas instituições escapavam do projeto português para o evento. E ainda o quanto as instituições, algumas delas, talvez, escaparam mesmo de possíveis intencionalidades da comissão brasileira. A distância que separa políticas e processos gerais de governos e o cotidiano das instituições científicas foi e continua sendo enorme.⁵⁵

Cada uma das instituições que preparou material para a exposição, de posse dos recursos a elas destinado, se organizou para esse evento, sem necessariamente dialogar com os objetivos do governo português e com alguma margem de manobra, negociando seus interesses com a comissão brasileira. Heloisa Alberto Torres, Eugenio Vilhena de Moraes, Othon Leonardos e vários outros com suas instituições e seus projetos particulares e/ou institucionais possivelmente tinham interesses diversos nas colaborações com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. Essas participações de pessoas e instituições nas preparações para as representações do Brasil em Portugal, mais comentados aqui, não necessariamente generalizáveis, nos sugerem a hipótese de que, além de outras motivações, receber recursos extras para participar de

eventos como esse, pode ter sido uma oportunidade valiosa para as instituições brasileiras, sempre carentes e em busca de oportunidades, para obter mais verbas e reconhecimento social para suas atividades.

Os Centenários Portugueses possibilitaram ampliar acervos e introduzir o Museu Nacional e sua diretora nas disputas pela hegemonia nas novas tendências da antropologia brasileira. Permitiram – a partir do seu acervo de documentação condizente com as proporções do evento português, mas igualmente proporcional aos problemas enfrentados – que o Arquivo Nacional aproveitasse a oportunidade para sua defesa frente às críticas e questionamentos de suas funções pela imprensa.

Nos Centenários, a incumbência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob a direção de Lourival Fontes, teria sido a de encaminhar e distribuir um conjunto significativo – qualitativa e quantitativamente – de obras sobre diferentes temáticas brasileiras. Um número maior de livros em detrimento de outros pode revelar uma rede de sociabilidades pessoais, questões hierárquicas institucionais, podendo nos informar sobre o lugar de algumas pessoas e instituições, no contexto daqueles anos do Governo Vargas. E nessas redes, Avelino de Oliveira e Othon Leonardos trataram de se inserir, bem como agregar o recém criado Conselho Nacional do Petróleo, com sua esquecida *geologia*, no mesmo ano da descoberta do petróleo do país.

Não cabe aqui retomar o amplamente já analisado pano de fundo em que essas histórias particulares se inscreveram na chamada “Era Vargas” no Brasil, nos contextos explicativos das afinidades dos governos brasileiro e português à época. Lembramo-nos apenas de uma frase clássica de Celso Furtado, na década de 1960, em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* sobre o “conservadorismo voltado para uma restauração de um passado glorioso”, que imperava aqui e também lá. Mas esse era também um período, em que “poesia rural” vista no pavilhão brasileiro pela imprensa portuguesa já não representava o Brasil para muitos. Como diversos especialistas já esclareceram, o centro dinâmico da economia e da sociedade se deslocava para o urbano e a política de industrialização do país, e já não se subordinava ao café, embora esse não faltasse no Pavilhão Brasileiro de Lisboa. E esse deslocamento tinha na busca dos recursos minerais e energéticos do território sua base de apoio, como claramente o sabiam e enunciavam os nacionalistas, técnicos do setor, como Avelino de Oliveira e Othon Leonardos.

Nas comemorações dos Centenários, Heloisa Alberto Torres e Othon Leonardos perderam seus projetos de ciências e de Brasil para aquele que se tornou hegemônico e militarizado de Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional. Mas aqui não cabem análises fáceis entre conservadores, liberais ou modernistas, nacionalistas ou entreguistas, entre apoiadores ou opositores ao governo. Quando focamos histórias mais particulares e buscamos compreender o conjunto de experiências que foram condição de possibilidade para a atuação de personalidades e instituições, acreditamos que podem se revelar as complexidades de articulações mais específicas, de diferentes ordens e naturezas que logram contribuir, como sugeriu Mariza Corrêa, para as várias possibilidades de leituras para compreender determinadas narrativas.

Notas

¹ Este é um artigo que tem as marcas dos tempos de pandemia. Foi elaborado entre agosto e outubro de 2020. Não tivemos oportunidade de consultar nem documentação levantada, mas não disponível online, que seguramente contribuiria em muito para nossas considerações; nem a documentação citada em artigos consultados, talvez irremediavelmente perdida no Museu Nacional. Por isso mesmo, os nossos enormes agradecimentos a Andrea Costa, Gustavo Moreira e Luiz Fernando Duarte, Museu Nacional; Omar Ribeiro Thomaz, UNICAMP, e, como não poderia deixar de ser, Alda Heizer, Jardim Botânico, RJ, e João Carlos Brigola, Universidade de Évora, Portugal. Apresentamos aqui algumas hipóteses iniciais de pesquisa, ainda a serem aprofundadas, que se inserem em nossos atuais projetos de pesquisa em andamento: Projeto nº 303505/2018-4. PQ-1C /CNPQ - 2019-2023: Pesquisas paleontológicas: base para a busca de petróleo no Brasil (1907-1940).

² CORRÊA, Mariza. “O Mistério dos Orixás e das bonecas: raça e gênero na Antropologia Brasileira”. *Etnográfica*, v. IV, nº 2, 2000, p. 233-265.

³ *Diário de Notícias*, 19 mai 1940. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq=%27Centenarios%20de%20Portugal%27&pagfis=1460. Todas as referências aos jornais consultados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, quando não especificadas de outra forma, resultam da busca pelas palavras “Centenários de Portugal”. Acessos ao longo de agosto, setembro e outubro de 2020.

⁴ OLIVEIRA, Avelino Ignácio de; LEONARDOS, Othon Henry. *Geologia do Brasil. Com um mapa geológico do Brasil e parte dos países vizinhos*. Mandado executar pelo Exmo. Sr. Ministro Dr. Fernando Costa. Rio de Janeiro: Comissão Brasileira dos Centenário de Portugal. 1940.

⁵ THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPESP, 2002 é a referência fundamental desse artigo.

⁶ Corrêa, 2000, p. 254.

⁷ Segundo seu depoimento um tanto confuso sobre a História da *Geologia* no Brasil e sua própria trajetória, Othon Leonardos afirmou: “É incrível o terremoto que aquela mulherzinha causou no Museu Nacional... Então eu me esquivei da briga. Fui convocado para a diretoria do material bélico, por causa da guerra, de maneira que nunca cheguei... E, porque houve eleições na época em que a D. Heloisa Torres era a ditadora do museu – na época da ditadura, cada diretor era um ditadorzinho pequeno e ela enxertou na ata que um contínuo tinha votado. Como ela conseguiu fazer isso, ninguém entendeu. Depois houve uma comissão de inquérito, mas foi um barulho louco, porque a turma se dividiu em duas. Aquilo já era péssimo, com a divisão, então, ficou anulado completamente. Eu tenho a impressão que até hoje o museu não se reabilitou”. LEONARDOS, Othon Henry. (1899-1977) (depoimento, 1976). Rio de Janeiro: CPDOC, 2010, p. 6 e 61.

⁸ Nomeado diretor em fevereiro de 1946, a vitória de Othon Leonardos nas eleições foi desconsiderada por possíveis ilegalidades no processo eleitoral e pressões políticas em favor de Heloisa Alberto Torres. Esta disputa está descrita em detalhes em CORRÊA, Mariza. “Dona Heloisa e a pesquisa de campo”. *Revista de Antropologia*, 1997, 40(1), p. 11-54. <https://doi.org/10.1590/S0034-77011997000100002>; CORRÊA, Mariza, Op. cit., 2000; RIBEIRO, Adelia Miglievich. *Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das Ciências Sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2000.

⁹ Memorial de Defesa. Pasta 18. Arquivo Heloisa Alberto Torres. Departamento de Antropologia. Museu Nacional. Citado na nota 75, por RIBEIRO, Adelia M., Op. cit., p. 84.

¹⁰ Não conseguimos obter os recursos de outras instituições para efeito comparativo. Na publicação *Elenco* do Arquivo Nacional de 1941, consta a informação de que estava no prelo um “Relatório Geral com os respectivos balancetes de contas realizados pelo Arquivo Nacional em colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal” VILHENA DE MORAES, E. *Elenco* das publicações e dos documentos, originais ou em reprodução fotográfica, com o respectivo relacionamento, apresentados pelo diretor do Arquivo Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução de parte do seu programa de colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida por sua excelência o Sr. general de divisão Francisco José Pinto. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 7.

¹¹ CORRÊA, Mariza, 2000, Op. cit., p. 254-255. Uma imagem de uma das bonecas com indumentária de mães de santo baianas, que estavam no Museu Nacional quando Mariza Corrêa escrevia, ilustram seu artigo. Imagens de outras bonecas baianas e esculturas de orixás em madeira de José Afonso de Santa Isabel, datadas de 1940 e atribuídas à coleção Heloisa Alberto Torres (Bahia, Brasil, século XX), constam da publicação: SOARES, Mariza de Carvalho; AGOSTINHO, Michele de Barcelos; LIMA, Rachel Correa. *Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. (Série Livros Digital; 4). Agradecemos à pesquisadora Aline Montenegro a referência a esse trabalho. <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/etnologia/LivroKumbukumbu.pdf>.

¹² RIBEIRO, Adelia M. Op. cit., nota 45, p. 254.

¹³ *Diário de Lisboa*, Sábado, 20 jul. 1940. “Exposição do Mundo Português. O Brasil apresenta no seu pavilhão. Uma imagem da sua vida intelectual e artística de grande beleza e de vivo interesse para o público”. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05766.030.07768#14>. Fundação Mário Soares. Acesso em: 24 ago. 2020.

¹⁴ Inserimos aqui algumas atividades do Museu Nacional para contribuir e superar “um total apagamento das realizações durante todo o período da gestão de Heloisa Alberto Torres”, mencionado por ARANHA FILHO, Jayme M. *Guia da impermanência das exposições: uma investigação sobre transformações do Museu Nacional do Rio nos anos de 1940*. Tese de doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro: PPGSA-IFCS-UFRJ, 2011. Citação p. 58.

¹⁵ GOMES, Ana Lúcia de Abreu; LOPES, Maria Margaret. “O processo de tombamento da primeira sede do Museu Nacional na atual Praça da República - Rio de Janeiro”. *Tempo*. Niterói: 2019, v. 25, nº 3, p. 647-666. DOI: <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2019v250306>.

¹⁶ <http://memoria.bn.br>. Busca pelas palavras-chaves “Museu Nacional”. Entre outras notícias do *Correio da Manhã*, ver: 25 mai. 1939. Edição 13.664(1). Ocorrência 857/908. Museu Nacional. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Museu%20Nacional%22&pasta=ano%20193&pagfis=52297.

¹⁷ CORRÊA, Mariza; MELLO, Januária. *Querida Heloisa / Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres*. Série pesquisa. PAGU-UNICAMP. 2008. <https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/content/serie-pesquisa>.

¹⁸ GOMES, Ana Lúcia de Abreu; LOPES, Maria Margaret. “Agentes e agências na proteção do patrimônio antes do patrimônio: Heloisa Alberto Torres e o Museu Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2018, v. 50, p. 85-99.

¹⁹ <http://memoria.bn.br>. *Revista da Semana*. (RJ), Ano 1941. Edição 00020. “A Arte Negra”. Reportagem de Mario Barata. Fotografias de Arnaldo Vieira, p. 17 e 34. http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=025909_04&pagfis=3701.

²⁰ Sua tese *Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana*, que não chegou a ser apresentada para o concurso à cadeira de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1950, indica ter sido desse período seu interesse pelo tema e relata sua viagem à Bahia em 1940. A tese está publicada em *Cadernos Pagu* (23), jul-dez, 2004, p. 413-467.

²¹ <http://memoria.bn.br>. *A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ) - 1930-1954*. Ano 1941. “Guerra a ebós e orixas”. Crônica de Sylsio Fonseca. Rio de Janeiro, Edição 00625 (2), 8 abr. 1941, p. 44-45; 48. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=120588&pasta=ano%20194&pesq=terreiros&pagfis=21072>.

²² <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>. Finalmente, em 7 de agosto de 2020, foi assinado o termo de referência da transferência da coleção de objetos sagrados do Museu da Polícia, para o Museu da República.

²³ NASCIMENTO, Rosana A. D. do. *O “Brasil Colônia” e a Exposição do Mundo Português de 1940*. Tese de doutorado. Salvador: Programa de Pós-Graduação em História/UFBA, 2008.

²⁴ BLOTA, Celine Gomes da Silva. *A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História/UERJ, 2009, p. 53.

²⁵ GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal. “À Sombra das chancelarias: a preparação do Congresso Luso Brasileiro de História (Lisboa, 1940). *Revista do IHGB*, 168 (437). Rio de Janeiro, IHGB, 2007, p. 49-66. MONTEIRO, Carla Rafaela. *Entre o Tejo e os Jerônimos: a Exposição Histórica do Brasil nas comemorações dos centenários de Portugal em 1940*. 2011. Dissertação de mestrado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2011. Doi: 10.11606/D.8.2011.tde-18062012-085247.

²⁶ A comissão incluiu diferentes personalidades em diferentes fontes. Othon Leonardos menciona como integrantes da comissão em Lisboa Augusto de Lima Junior, Gustavo Barroso, Guy de Hollanda e Ernesto Street. Gustavo Barroso era encarregado da representação histórica; Osvaldo Orico, das representações culturais; Ernesto Jorge Street, funcionário do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi encarregado dos *stands*; Armando Navarro da Costa, representações artísticas; Geysa Boscoli, do Departamento Nacional do Cinema; o segundo-tenente João Maria de Almeida, encarregado de receber as contribuições para a exposição, era o secretário-geral e tesoureiro. BLOTA, 2009, Op. cit., menciona Gal. Francisco José Pinto; Dr. Caio de Mello Franco; Dr. Abelardo Bretanha Bueno do Prado; Dr. Heitor Lyra; major Francisco Afonso de Carvalho; Contra-capitão de fragata Didio Iratim Affonso da Costa; Dr. Osvaldo Orico; Dr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade; e Dr. Augusto de Lima Jr. O *Diário de Notícias*, em abril de 1940, apresenta outra composição da embaixada extraordinária, além do general: Edmundo da Luz Pinto; Juarez do Nascimento Távora, Olegário Mariano, Caio de Mello Franco, como enviados extraordinários e plenipotenciários; o capitão-de-mar-e-guerra Rodolfo Fróes da Fonseca e capitão-tenente Augusto Amaral Peixoto Junior (Marinha); o tenente-coronel Tristão de Alencar Araripe e o major Francisco Afonso de Carvalho (Exército), Jorge Emílio de Souza Freitas secretário e Hugo de Macedo, adido. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1940-1949, Ano 1940/Ed.05350 (1) “Centenários de Portugal” http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_02&pasta=ano%20194&pesq=Centenarios%20de%20Portugal&pagfis=985.

²⁷ BR DFANBSB N8.0.BNT.2 (Dôssie). Boletins internos da Secretaria Nacional de Segurança Pública. 1938-1941. Ver p. 53 (Continuação do Bol. nº 22, de 13-XI-939).

http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2021980&v_aba=1.

- ²⁸ <http://memoria.bn.br> *Gazeta de Notícias*, 1939, Edição 00160 (2), 7 jul. 1939. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_06&pesq=%22Centen%C3%A1rios%20e%20Portugal%22&pasta=ano%20193&pagfis=22524 VILHENA DE MORAES, E. (org). *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, vol. XXXVI, 1939, p. VIII e p. 387-389.
- ²⁹ Para uma visão crítica sobre a direção autoritária do Arquivo Nacional de Vilhena de Moraes, que já foi considerado um conservador, com estreitos laços como o Exército e defensor das raízes portuguesas, ver: BARBALHO, Renata R. G. “O Arquivo Nacional na gestão de Eugênio Vilhena de Moraes, 1938-1945”. *Acervo*, v. 34 (1), 2020, p. 48-67.
- ³⁰ MORAES, E. Vilhena de. *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, v. XXXVI, 1939, p. VIII.
- ³¹ VILHENA DE MORAES, *Elenco*, Op. cit., 1941, p. XVII.
- ³² “O Arquivo Nacional. Uma carta do Dr. Vilhena de Moraes”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1940-1949. Ano 1940/Edição 14150(1).
- ³³ GOMES, Ana Lúcia de Abreu; LOPES, Maria Margaret. “‘Museus em revistas’: as origens e disputas pelo Museu do Arquivo Nacional”. *Museologia e Patrimônio*, v. 13, Nº 2, 2020. <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/820>.
- ³⁴ VILHENA DE MORAES, Eugenio. “Efemérides do Arquivo Nacional”. *Publicações do Arquivo Nacional*, v. XXXIX, 1957, p. XXIII-XXXIV. Arquivo Nacional. Relatório do Ministério da Justiça (RJ)1946. Arquivo Nacional Docs classificados e fichados de 1938 a 1946. Ano 1946/edição 00001(10) p. 157. [Www.memoria.bn.br/http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=ZB0031&pesq=%22Arquivo%20Nacional%22&pasta=ano%20194&pagfis=141](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=ZB0031&pesq=%22Arquivo%20Nacional%22&pasta=ano%20194&pagfis=141).
- ³⁵ <http://memoria.bn.br>. *Correio da Manhã*, 1940/ed. 141150(1), *A Noite*, 7 de fevereiro de 1942 e 10 de maio de 1942. Edição 10774(1). As notícias de 1942 se devem à divulgação do *Elenco* e às homenagens do Arquivo quando da morte do general Francisco José Pinto.
- ³⁶ *Diário de Notícias*, Lisboa, 12 de março de 1943. Masai François. Comptes Rendus. VILHENA DE MORAES, E. Arquivo Nacional. Elenco das publicações e dos documentos, originais ou em reprodução fotográfica...; ANCHIETA, José de. *Poema da Bem aventurada Virgem Mãe de Deus Maria*. Texto latino, versão, introdução, notas do P. Armando Cardoso S. J. *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. XXXII. In: *Scriptorium*, Tome 1 nº 2, 1946. p. 354; https://www.persee.fr/doc/scrip_0036-9772_1946_num_1_2_2098_t1_0354_0000_3.
- ³⁷ VILHENA DE MORAES, E. “Introdução”. *Elenco*, Op. cit., 1941, p. I-XX, citação p. I.
- ³⁸ Idem. “Prefácio”. *Publicações do Arquivo Nacional*, 1957, p. IX-XXII, citação p. IX.
- ³⁹ OFFICINAS GRAPHICAS FEDERAES. *O Observador Econômico e Financeiro*, v. LII, 1940, p. 185. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123021&pesq=%22Arquivo%20Nacional%22&pasta=ano%20194&pagfis=8531>.
- ⁴⁰ *A Noite*, 25 de abril e 4 de maio de 1941. Ano 1941/Edição 10489 (1). Esses não foram os únicos livros levados a Portugal. Para Universidade de Coimbra foram doados 5.000 volumes expostos no pavilhão brasileiro. 150 obras luxuosamente encadernadas especialmente de literatura clássica brasileira, política contemporânea e histórica foram doadas à Academia de Ciências. *Diário de Notícias*. Ano 1941\Edição 05684 (2) 160/230.
- ⁴¹ TORQUATO, Arthur Luís de Oliveira. *O espetáculo do Império Eterno: as relações entre cultura, política e propaganda no contexto dos Centenários de 1940 em Portugal*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, 2017. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/159184>. Este autor menciona parcialmente os livros aqui

elencados, sem suas quantidades, mencionado na obra BRASIL. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal (Org.). *Catálogo Oficial: Pavilhão do Brasil na Exposição Histórica do Mundo Português*. Lisboa, 1940. E a obra de PAULO, Heloísa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

⁴² *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, 1936-1962. Anno 1943/Edição0091(1).

⁴³ Academia Nacional de Medicina. http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=5281940. Nossos agradecimentos a Flávio Edler, pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz, pelas referências.

⁴⁴ Sobre a *Revista Marítima*, ver LOPES, Maria Margaret. “Oceanos: da *Social Studies of Sciences* à *Revista Marítima*”. In: VII ESOCITE.BR / tecsoc, 2018, Brasília. Anais VII Esocite.br/tecsoc 2017, p. 1-18. Edições consultadas: *Revista Marítima Brasileira*. Ano 1939\Edição 00138; Ano 1940\Edição 00140; Ano 1941\Edição 00001 (1).e 00141(1) Ano 1947\Edição 00151 (1); Ano 1949\Edição 00153 (2); Ano 1953\Edição 00162 (2) e 00162(2).

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&pasta=ano%20194&pagfis=67907>.

⁴⁵ As referências que se seguem estão no “Prefácio” de OLIVEIRA, Avelino Ignácio; LEONARDOS, Othon Henry. *Geologia do Brasil. Mapa Geológico do Brasil e de partes dos países vizinhos*. Mandado executar pelo Exmo. Sr. ministro da Agricultura Dr. Fernando Costa. Rio de Janeiro: Oficinas de A Encadernadora, maio de 1940, p. 9-16. Para uma análise mais completa dessa obra, ver LOPES, Maria Margaret. “The Brazilian Geological Map 1938-1940: the first Geology written by brazilians”. INHIGEO, 2021, no prelo.

⁴⁶ Avelino Ignácio de Oliveira (1891-1970) – formado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1916 – foi contratado no ano seguinte pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Entre 1936-1938 e 1942-1944, dirigiu a Divisão de Fomento da Produção Mineral do já então, desde 1933, Departamento Nacional da Produção Mineral, de que foi diretor entre 1951 e 1961. É considerado um especialista em *geologia* de petróleo, tendo sido diretor técnico do Conselho Nacional do Petróleo e vice-presidente, em 1947. FRANCO, Rui Ribeiro. “Capítulo 1: A mineralogia e a petrologia no Brasil. In: FERRI e M. G.; MOTOYAMA, S. (orgs.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1981, p. 1-42.

⁴⁷ *Geologia...*, p. 13.

⁴⁸ Em 1946, após a disputa pela diretoria do Museu Nacional, Othon Leonardos foi nomeado para o cargo de assessor da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que o exerceu até 1956. Foi livre-docente em *Geologia Econômica* na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se formara, e ocupou também a cadeira de *Geologia* e Paleontologia da Faculdade Nacional de Filosofia. LEONARDOS, acervo de depoimentos FINEP/CPDOC, Op. cit.

⁴⁹ *Geologia...*, p. 9.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem, Ibidem.

⁵² OLIVEIRA, Euzébio Paulo de. *História da pesquisa de petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicidade Agrícola.1940. DIAS, José Luciano de M.; QUALIGNO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS*. Rio de Janeiro: CPDOC/PETROBRAS, 1993. FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. et al. (eds.). *History, Exploration & Exploitation of Oil and Gas*. Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-13880-6_3.

⁵³ *Geologia...*, p. 11.

⁵⁴ Idem, p. 13.

⁵⁵ Ver sobre o tema, ACHIM, Miruna; PODGORNY, Irina (orgs.). *Museos al detalle. Colecciones, antigüedades e historia natural, 1790-1870*. Rosario: ProhistoriaEdiciones, 2014.